

**LEGADO SUBJETIVO E
TRAJETÓRIAS
INSTITUCIONAIS: PONTOS
DE CONTATO E
DISTANCIAMENTO ENTRE
CULTURA POLÍTICA E PATH
DEPENDENCE**

**SUBJECTIVE LEGACY AND INSTITUTIONAL TRAJECTORIES: POINTS OF
CONTACT AND DIVERGENCE BETWEEN POLITICAL CULTURE AND PATH
DEPENDENCE**

Ciências Sociais Aplicadas • 22/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790017544](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790017544)

Rafael Cesar Ilha Pinto

RESUMO

O artigo aqui apresentado se propõe a ser um exercício teórico e examina as intersecções, convergências e afastamentos entre a teoria da Cultura Política e o modelo de análise de *Path Dependence* (Dependência de Trajetória), que busca responder os motivos pelos quais formatos institucionais e modelos comportamentais permanecem pelo tempo. Partindo de uma revisão que abrange os textos canônicos da ciência política comportamentalista e do neoinstitucionalismo histórico até as pesquisas contemporâneas, o artigo analisa como a dimensão subjetiva das crenças, costumes e a dimensão estrutural das regras institucionais formais operam de forma complementar. Busca se demonstrar que a Cultura Política atua como um mecanismo sociopsicológico endógeno de reprodução da dependência de trajetória, dando o suporte cognitivo e a legitimidade normativo e afetiva que amparam processos de *lock-in* (trancamento institucional) e retornos crescentes. Em paralelo, ao incorporar o debate recente sobre mudança institucional gradativa e transformações atitudinais intergeracionais, o artigo busca superar interpretações deterministas e estáticas de ambas as vertentes, evidenciando que a cultura funciona como um terreno dinâmico de disputa interpretativa e reconfiguração das instituições. Em suma ao final se propõe uma síntese integrada capaz de prover novas rotas de pesquisa sobre a estabilidade e a mudança dos regimes políticos contemporâneos.

Palavras-chave: Cultura Política; Path Dependence; Neoinstitucionalismo; Mudança Institucional; Socialização Política.

ABSTRACT

This article offers a theoretical exercise examining the intersections, convergences, and divergences between Political Culture theory and the Path Dependence framework—an analytical model that seeks to

explain why institutional arrangements and behavioral patterns persist over time. Grounded in a comprehensive literature review spanning canon work in behavioral political science and historical new institutionalism to contemporary scholarship, this paper analyzes how the subjective dimension of beliefs and customs operates in tandem with the structural dimension of formal institutional rules. It argues that Political Culture functions as an endogenous socio-psychological mechanism of path reproduction, providing the cognitive foundation and normative-affective legitimacy that sustain increasing returns and institutional lock-in. Concurrently, by incorporating recent debates on gradual institutional change and intergenerational attitudinal shifts, the article seeks to move beyond deterministic and static interpretations of both approaches, highlighting how culture serves as a dynamic terrain for interpretive contestation and institutional reconfiguration. Ultimately, it proposes an integrated synthesis capable of opening new avenues of research into the stability and transformation of contemporary political regimes.

Keywords: Political Culture; Path Dependence; New Institutionalism; Institutional Change; Political Socialization.

1. INTRODUÇÃO

A continuação de determinados desenhos e arranjos institucionais e padrões comportamentais ao longo do tempo estabelece um dos enigmas teóricos mais intrigantes das ciências sociais contemporâneas (NORTH, 1990; PIERSON, 2000). Observando como diferentes Estados reagem de maneira diferente a estímulos institucionais semelhantes, cientistas frequentemente se deparam com o limite das perspectivas puramente formalistas ou exclusivamente de escolha racional (PUTNAM, 1993; INGLEHART;

WELZEL, 2005). A pesquisa sobre as razões pelas quais estruturas sociais tendem a manter e reproduzir trajetórias anteriores, mesmo quando tais caminhos se revelam problemáticos, ineficientes ou disfuncionais, exige uma articulação tensa e refinada entre os requisitos materiais e os elementos subjetivos da política (MAHONEY, 2000; NUNN, 2012). O diálogo teórico entre a perspectiva da Cultura Política e a modelo de *Path Dependence* (Dependência de Trajetória) emerge como uma promissora chave de leitura analítica.

A dinâmica de grupos em interação exige lançar luz sobre os vetores que mantém o comportamento coletivo ao longo do tempo. A tradição da Cultura Política busca mapear a distribuição de orientações psicológicas, crenças, valores e normas sociais que conferem sentido e sustentação ao sistema político (ALMOND; VERBA, 1989). A abordagem de *Path Dependence*, gestada inicialmente no campo da economia e posteriormente utilizada pelas Ciências Sociais, se dedica a analisar como escolhas ocorridas em conjunturas críticas (*critical junctures*) do passado delimitam o conjunto de opções possíveis no presente imediato, gerando dinâmicas de auto reforço (*Self-reinforcing mechanisms*) e custos crescentes (*Increasing switching costs*) para eventuais mudanças de rota (NORTH, 1990; PIERSON, 2000). Ambas as vertentes todavia se dediquem a explicar o fenômeno da estabilidade e da continuidade social, suas ontologias epistemológicas muitas vezes caminham em paralelo, gerando lacunas sobre como a dimensão simbólica intervém na rigidez das estruturas formais (MAHONEY; THELEN, 2010).

A consolidação da Cultura Política como campo na ciência política se deveu em grande medida ao esforço de mensuração das atitudes

e valores dos cidadãos em relação ao sistema democrático, suas virtudes e deficiências. Na obra fundacional de Almond e Verba, a dimensão subjetiva é colocada em perspectiva e no centro da análise da estabilidade das instituições, argumentando que a cultura atua como um alicerce de vínculos afetivos e cognitivos das regras no jogo político:

A cultura política de um país é a distribuição particular de padrões de orientação em relação aos objetos políticos entre os membros dessa nação. É o sistema político que foi internalizado nas cognições, sentimentos e avaliações da população. As pessoas são socializadas no sistema político da mesma forma que são socializadas na sociedade em geral. (ALMOND; VERBA, 1989).

Essa formulação abriu caminho para que a cultura deixasse de ser vista como mero reflexo da economia, como um epifenômeno desta, e passasse a ser compreendida como uma variável independente e essencial para a interpretação da vida pública e, em especial, da política.

O desenvolvimento do modelo de *Path Dependence* no âmbito da Ciência Política buscou conferir rigor de análise à máxima de que "a história importa"¹. Paul Pierson entre outros formalizaram esse conceito demonstrando que os processos políticos possuem dinâmicas de tempo específicas, nas quais a sequência de eventos altera substancialmente os resultados finais do próprio processo. A proposta central reside no apontamento de que, uma vez tomada uma determinada direção institucional, os retornos crescentes

(Increasing returns) dificultam uma reversão do caminho assumido e instituído:

Em uma sequência de dependência de trajetória, os eventos iniciais desencadeiam uma reação em cadeia que se reproduz ao longo do tempo. As escolhas feitas no início do processo fecham caminhos alternativos e canalizam o desenvolvimento futuro em direções específicas. Os custos de mudança de rota tornam-se progressivamente mais elevados à medida que os atores adaptam suas estratégias às regras estabelecidas. (PIERSON, 2000).

A abordagem institucionalista foca a atenção, portanto, nos mecanismos estruturais que estabelecem retornos crescentes, como por conseguinte nas assimetrias de poder criadas pelo próprio funcionamento das regras formais estabelecidas.

Apesar das premissas epistemológicas distintas, o ponto de convergência mais significativo entre as duas abordagens reside na explicação sobre a persistência do *status quo* e a resistência a transformações estruturais profundas. O conceito de *lock-in* (trancamento institucional) formulado pela economia neoinstitucional ganha nova densidade explicativa quando articulado à ideia de socialização política contínua e temporalmente alongada. Ao refletir sobre a evolução das economias e sociedades ao longo do tempo, Douglas North foi um dos primeiros a perceber que as instituições são alimentadas por modelos mentais e matrizes culturais que não se alteram por decreto, por legislação específica ou por simples reformas administrativas:

As instituições formais podem ser alteradas do dia para a noite mediante decisões políticas ou jurídicas, mas as restrições informais corporificadas nos costumes, tradições e códigos de conduta são muito mais imunes a políticas deliberadas. Essas restrições culturais conectam o passado com o presente e o futuro, fornecendo a chave para entender o caráter de longo prazo da mudança histórica. (NORTH, 1990).

A trajetória institucional que, de alguma maneira amparada e presa ao passado, só se mantém ao longo do tempo porque encontra eco na estrutura de sentimentos, valores e visões de mundo dos indivíduos que habitam determinado sistema social e que condicionam a manutenção baseados nessas estruturas anteriores e passionalmente complexas, entretanto, estruturantes e com efeito prático na realidade objetiva de funcionamento das instituições.

Por outro lado, os pontos de afastamento entre os dois modelos analíticos revelam tensões metodológicas que exigem rigor na construção do plano de investigação. Enquanto os modelos clássicos de *Path Dependence* tendem a privilegiar explicações baseadas no cálculo utilitário dos atores e nos custos da transação dentro do ambiente institucional, a análise cultural enfatiza os processos inconscientes de socialização, os afetos vinculativos a herança simbólica e os laços comunitários de pertencimento, confiança e reciprocidade. Essa divergência manifesta-se com clareza nos estudos sobre capital social de Robert Putnam que, ao investigar a performance administrativa dos governos regionais na Itália, identificou na longa duração histórica do espírito cívico a razão do sucesso ou fracasso das instituições nacionais no tempo presente.

A interpretação de Putnam sobre a persistência das tradições cívicas explica a forma como a herança cultural pode operar como uma fonte inescapável de dependência da trajetória, ligando o passado medieval às práticas democráticas do presente:

As comunidades que desenvolveram forte capital social e redes de engajamento cívico na Idade Média mantiveram uma vantagem cumulativa que se traduziu em governos locais eficientes e cidadania ativa no século XX. Por outro lado, o déficit de civismo no sul italiano perpetuou um círculo vicioso de desconfiança, amoralidade e incapacidade de ação coletiva que resistiu a sucessivas tentativas de modernização institucional. (PUTNAM, 1993).

Essa aproximação levanta críticas contundentes por parte de analistas que apontam o risco de um determinismo culturalista, aquele no qual a sociedade ficaria aprisionada em um destino histórico inabalável, ofuscando a capacidade de agência ativa dos sujeitos políticos e a possibilidade de mudanças incrementais na arquitetura das normas que vigoram.

Diante dessas divergências, a literatura recente tem buscado superar a visão estática tanto do culturalismo rígido quanto da dependência estrutural absoluta. Trabalhos contemporâneos situados na interseção da economia comportamental e do neoinstitucionalismo histórico destacam que os legados do passado operam por meio da cognição humana e das normas informais que balizam o comportamento cotidiano. Nathan Nunn, por exemplo, têm demonstrado empiricamente como choques históricos do passado moldam atitudes interpessoais de confiança e cooperação no

presente, sugerindo que a cultura é o próprio mecanismo biopsicossocial de transmissão da dependência de trajetória:

A persistência histórica ocorre frequentemente porque os indivíduos herdaram heurísticas cognitivas e valores morais que foram adaptativos no ambiente de seus ancestrais. Essas crenças culturais internalizadas reduzem a complexidade da tomada de decisão em ambientes incertos, atuando como um canal direto através do qual as condições do passado continuam a moldar as escolhas do presente. (NUNN, 2012).

Essa visão renovada permite compreender a cultura política não como um bloco monolítico e imutável, mas como um repertório com plasticidade de recursos simbólicos que interage continuamente com os incentivos fornecidos pelas regras formais já estabelecidas.

A crítica ao modelo clássico de equilíbrio interrompido levou os teóricos do neoinstitucionalismo histórico a reformular o conceito de mudança, mostrando que as trajetórias institucionais passam por transformações contínuas por meio de pequenos ajustes gradativos. James Mahoney e Kathleen Thelen sustentam que a reinterpretação cultural e a ação estratégica dos agentes podem alterar o curso de um arranjo institucional sem a necessidade de um colapso ou de uma grande conjuntura crítica:

A mudança institucional gradual ocorre quando os atores reinterpretam ou aplicam de maneira inovadora as regras existentes no cotidiano. Longe de serem meros executores passivos da tradição, os agentes exploram as ambiguidades inerentes às normas formais e informais para introduzir pequenas modificações que, acumuladas ao longo do tempo, redirecionam a trajetória do sistema. (MAHONEY; THELEN, 2010).

A articulação teórica entre a dinâmica institucional e a dimensão cultural assim ganha novos contornos, tornando-se mais sensível à ambivalência e às brechas de transformação social, retirando a estaticidade dos modelos com viés mais conceitualmente fundamentalista e ‘encaixotado’.

O artigo em tela portanto busca se aprofundar na necessidade de sistematizar esse debate, oferecendo uma moldura conceitual clara que supere as dicotomias simplistas entre estrutura e cultura, ou entre determinismo histórico e escolha racional. No momento em que diversas democracias consolidadas e emergentes enfrentam crises de legitimidade e o ressurgimento de traços autoritários, compreender os nós cegos que amarram o comportamento das massas e das elites às trajetórias do passado torna-se uma tarefa intelectual fundamental e indispensável para o debate público e político.

O presente artigo teórico tem como objetivo central examinar as intersecções, complementaridades e desacordos conceituais entre a teoria da Cultura Política e o modelo de *Path Dependence*. Para tal, realiza-se uma revisão crítica da literatura que abrange desde os

textos canônicos das ciências sociais até as contribuições da pesquisa empírica contemporânea, buscando mapear os mecanismos sociopsicológicos e institucionais que explicam a longevidade dos legados históricos.

A estrutura do trabalho organiza-se em três seções analíticas principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, se reconstrói a origem do conceito de Cultura Política, ressaltando suas diferentes perspectivas teóricas; na segunda, os fundamentos teóricos de *Path Dependence* e os mecanismos de retornos crescentes; na terceira, cruzasse as duas abordagens, explicitando seus pontos de convergência, seus atritos epistemológicos e a síntese analítica proposta por este estudo para a análise dos fenômenos políticos contemporâneos.

2. A DIMENSÃO SUBJETIVA: ORIGEM E EVOLUÇÃO DA CULTURA POLÍTICA

O surgimento da Cultura Política como campo de análises autônomo nas Ciências Sociais respondeu à necessidade de compreender os fundamentos subjetivos que sustentam a estabilidade ou a instabilidade dos regimes democráticos. A partir da segunda metade do século XX, a visão de que arranjos institucionais formalmente parecidos produziam resultados díspares quando inseridos em contextos de países distintos demonstrou a insuficiência das leituras estritamente institucionais. A partir desse problema teórico, a revolução comportamentalista (*Behaviorismo*) buscou deslocar o foco das estruturas legais para o estudo empírico das atitudes, valores, orientações psicológicas e predisposições comportamentais das pessoas. Ao propor que a vida política é mediada por um filtro cultural interiorizado pelos sujeitos ao longo

de seus processos históricos de socialização, essa abordagem estabeleceu um modo renovado de conceber a relação entre a sociedade civil e a arquitetura institucional do Estado.

No centro dessa vertente se encontra a obra de Gabriel Almond e Sidney Verba, intitulada *The Civic Culture* e publicada no início da década de 1960. Buscando investigar comparativamente cinco nações com diferentes graus de desenvolvimento socioeconômico e tradição democrática, os autores empenharam-se em construir uma rigorosa matriz de mensuração das atitudes políticas, classificando-as em dimensões cognitivas, afetivas e avaliativas. O objetivo consistia em averiguar qual constelação de orientações subjetivas seria capaz de fornecer a base mais sólida para o funcionamento contínuo e equilibrado de uma democracia representativa. Nessa formulação clássica, a cultura política deixa de ser compreendida como um mero subproduto amorfo das relações de produção para assumir o estatuto de variável explicativa fundamental:

O estudo da cultura política de uma nação envolve a medição das orientações dos indivíduos em relação ao sistema político e aos seus vários componentes. Quando falamos da cultura política de uma sociedade, referimo-nos ao sistema político que foi interiorizado nos conhecimentos, sentimentos e julgamentos da sua população. A estabilidade de um regime depende crucialmente do grau de congruência existente entre a sua estrutura institucional e os padrões psicológicos dos seus cidadãos. (ALMOND; VERBA, 1989, p. 14, tradução nossa).

Dessa forma, a estabilidade do sistema político passou a ser teorizada como uma função direta da harmonia existente entre o aparato das regras formais e a matriz de valores compartilhada pela população em geral.

Almond e Verba (1989) elaboraram uma influente tipologia tripartida para categorizar os padrões atitudinais observados nas sociedades humanas. Identificaram a “cultura paroquial”, típica de comunidades tradicionais onde a consciência acerca do governo central é praticamente inexistente; a “cultura de súdito”, na qual os indivíduos reconhecem a autoridade estatal, mas mantêm uma postura eminentemente passiva diante das decisões públicas; e a “cultura participativa”, caracterizada pela cidadania engajada, ativa e orientada para a intervenção no processo decisório. A grande contribuição conceitual do modelo residiu, entretanto, no conceito de “cultura cívica”, concebida não como um modelo puro de participação ininterrupta, mas como uma mistura equilibrada e sutil das três orientações. Essa síntese de atitudes permitiria administrar as tensões do sistema, combinando a atividade do debate democrático com o respeito à autoridade governamental e à estabilidade da ordem constituída.

O modelo comportamentalista clássico enfrentou duras críticas a partir da década de 1970, sendo acusado de etnocêntrico, de estaticismo analítico e predisposição ao determinismo. Analistas de diversas vertentes teóricas apontavam que a abordagem tendia a tratar a cultura como um bloco homogêneo e imutável, incapaz de explicar os conflitos sociais e as transformações políticas aceleradas do período. Além disso, a premissa de que os países periféricos deveriam replicar o padrão anglo-americano de cultura cívica para alcançarem a estabilidade institucional revelava um claro viés

ideológico de cariz modernizador. Tais limitações impuseram a necessidade de refinar as ferramentas conceituais do campo, abrindo caminho para leituras mais dinâmicas e atentas às clivagens internas da sociedade.

A renovação dessa perspectiva teórica ganhou um impulso renovado no início dos anos 1990 com a publicação de *Making Democracy Work*, estudo no qual Robert Putnam redefiniu as bases do debate ao introduzir o conceito de capital social no âmbito do neo-institucionalismo histórico. Pesquisando sobre a reforma descentralizadora que criou governos regionais na Itália, Putnam (1993) procurou responder por que instituições com desenho constitucional idêntico apresentavam desempenhos administrativos radicalmente opostos no Norte próspero e no Sul estagnado. Sua resposta teórica deslocou a atenção das atitudes individuais isoladas para a existência de densas redes de engajamento cívico, normas de reciprocidade generalizada e laços de confiança interpessoal acumulados ao longo de séculos de história comunitária:

O capital social diz respeito a características da organização social, tais como confiança, normas e redes de cooperação, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas. Da mesma forma que o capital físico e o capital humano aumentam a produtividade individual, os estoques de capital social e as tradições cívicas incorporadas nas comunidades facilitam a cooperação espontânea e fortalecem o desempenho do governo representativo. (PUTNAM, 1993).

O autor demonstrou assim que a eficiência institucional contemporânea se encontra profundamente enraizada em legados socioculturais de longa duração, conectando de forma original a análise da cultura política ao arcabouço da dependência de trajetória.

Paralelamente à vertente do capital social, a análise das transformações atitudinais contemporâneas adquiriu novos contornos teóricos e empíricos por meio das pesquisas conduzidas por Ronald Inglehart no âmbito do *World Values Survey*. Divergindo das leituras que enxergavam a cultura como um conjunto estático de tradições imutáveis, Inglehart (1990; 1997) formulou a Teoria da Mudança Cultural, sustentando que as prioridades de valor das sociedades humanas sofrem deslocamentos previsíveis e profundos à medida que os países experimentam desenvolvimento socioeconômico sustentado e segurança material prolongada. Em ambientes caracterizados pelo alívio da escassez física, observa-se uma transição intergeracional gradual das prioridades "materialistas" (focadas na ordem pública, no crescimento econômico e na segurança física) para valores "pós-materialistas", voltados para a autonomia individual, a autoexpressão, a sustentabilidade ambiental e a democratização das decisões políticas.

Inglehart e Welzel (2005) posteriormente aprofundaram a dimensão explicativa do modelo ao demonstrar que a mudança cultural contemporânea organiza-se em torno de dois eixos principais de variação: o eixo dos “valores tradicionais versus seculares-rationais e o eixo dos valores de sobrevivência versus autoexpressão”. A emergência dos valores de autoexpressão desempenha um papel crucial no fortalecimento da democracia, na medida em que

empodera os cidadãos e transforma o engajamento político passivo em uma postura crítica e questionadora diante das elites governantes:

A emergência dos valores de autoexpressão transforma a natureza da cultura política. Esta mudança de valores desloca a ênfase da mera sobrevivência material e do respeito cego à autoridade em direção ao desejo de autonomia individual, tolerância à diversidade e participação direta nas decisões públicas. Trata-se de um processo de emancipação humana que torna a população menos disposta a aceitar arranjos autoritários e mais inclinada a exigir instituições genuinamente democráticas. (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Essa formulação contemporânea evidencia que a cultura política não se limita a reproduzir passivamente a ordem social herdada, mas opera como uma força viva e potencialmente transformadora dos regimes políticos.

Contudo, a constatação dessas transformações atitudinais globais não implica a homogeneização cultural do planeta nem o desaparecimento dos legados históricos locais. Welzel e Inglehart (2005) enfatizam que, embora o desenvolvimento econômico impulsione o avanço dos valores de autoexpressão em quase todas as sociedades, as trajetórias de mudança ocorrem sobre caminhos paralelos que preservam as marcas de cada herança civilizacional. As distinções culturais fundadas na tradição religiosa (como o universo protestante, o católico, o ortodoxo ou o confuciano) continuam a exercer uma influência duradoura sobre a forma como as

populações processam os estímulos do presente e estruturam suas visões de mundo.

A evolução teórica da Cultura Política demonstra que o mapa subjetivo das sociedades contemporâneas é o resultado do confronto contínuo entre forças de persistência e forças de mudança. Os valores e atitudes mantêm-se ancorados em matrizes de socialização transmitidas ao longo das gerações, fornecendo estabilidade e previsibilidade ao convívio social. Em mesma medida, se reconfiguram em resposta às transformações na estrutura de oportunidades materiais, à expansão educacional e às novas exigências de participação da cidadania.

A Cultura Política assim, consolida-se como uma dimensão indispensável para a reflexão sobre a permanência dos arranjos institucionais ao longo do tempo. É no espaço das orientações subjetivas e dos esquemas cognitivos interiorizados pelos atores sociais que as regras formais encontram sua eficácia concreta, sua legitimidade simbólica e sua capacidade de reprodução. Torna-se imperativo, portanto, examinar como essa infraestrutura mental interage com os mecanismos estruturais de retornos crescentes e *lock-in* que caracterizam a literatura do *Path Dependence*.

3. A ESTRUTURA TEMPORAL DAS INSTITUIÇÕES: PATH DEPENDENCE E INCREASING RETURNS

A incorporação da dimensão de tempo na análise política contemporânea respondeu à necessidade de conferir rigor analítico à premissa intuitiva de que a história importa para o resultado dos processos sociais (Pierson, 2000, 2004; Tilly, 2006). Durante décadas, as abordagens dominantes pautadas pela teoria da escolha racional

(Riker, 1980) e por certas vertentes da sociologia funcionalista (Parsons, 1951) tenderam a adotar uma perspectiva eminentemente a-histórica, pressupondo que as instituições políticas se adaptavam de maneira rápida e fluida às demandas do ambiente ou aos incentivos imediatos calculados pelos atores (March; Olsen, 1984, 1989). Contudo, a observação empírica sistemática revelou que arranjos organizacionais e regras do jogo frequentemente persistem no tempo mesmo quando se mostram claramente ineficientes do ponto de vista do bem-estar coletivo ou do equilíbrio alocativo (North, 1990; Arthur, 1989). Diante dessa questão teórica, a perspectiva de *Path Dependence* emergiu como um arcabouço rigoroso para explicar como escolhas feitas no passado restringem de modo decisivo o leque de alternativas viáveis no presente.

Originalmente pensada no campo da economia, da tecnologia e da organização industrial por autores como W. Brian Arthur (1989) e Paul David (1985), a abordagem da dependência de trajetória buscou demonstrar que o mercado nem sempre seleciona a solução tecnologicamente superior. O exemplo clássico do arranjo do teclado QWERTY — concebido inicialmente para evitar o trancamento das hastes das máquinas de escrever mecânicas — ilustra com clareza como um padrão inferior pode se consolidar devido aos custos de aprendizado e ao investimento prévio em infraestrutura (David, 1985). Ao transpor essa intuição teórica para a análise das economias e dos mercados em longo prazo, Douglass North (1990) percebeu que a evolução das sociedades humanas obedece a uma lógica análoga, na qual as restrições institucionais formais e informais criam trilhas duradouras que canalizam o comportamento dos agentes ao longo das gerações:

Em um mundo caracterizado por custos de transação significativos e modelos mentais subjetivos e imperfeitos, os incentivos incorporados na estrutura institucional existente determinam o tipo de conhecimento e de habilidades que os atores adquirem. Quando os retornos de um determinado caminho institucional são elevados, as organizações adaptam suas estratégias às regras vigentes, criando redes complexas de interesses e compromissos que tornam a alteração dessa trajetória extremamente difícil e onerosa. (NORTH, 1990).

Dessa forma, o neoinstitucionalismo lançou as bases para compreender que o desenvolvimento das nações é fortemente condicionado, restringindo a eficácia de reformas que ignorem a força dos legados históricos.

A formalização e a transposição sistemática do conceito para o domínio da Ciência Política deveram-se, em grande medida, ao trabalho seminal de Paul Pierson no início dos anos 2000. Pierson (2000) sustentou que o ambiente político possui características estruturais que tornam as dinâmicas de dependência de trajetória ainda mais intensas e prevalentes do que no mercado econômico.

Destacam-se entre esses traços a ausência de mecanismos transparentes de concorrência com preços de mercado, a extrema complexidade e opacidade dos objetivos políticos, o papel central da coerção estatal e a forte assimetria de poder na definição das regras formais. Nesse contexto, a tomada de decisão inicial não apenas gera retornos crescentes para os grupos beneficiados, como também altera a própria distribuição de recursos organizacionais e

informacionais na sociedade, inviabilizando na prática a reversão do caminho adotado.

Para conferir definição conceitual ao debate, Pierson (2000) determinou o *Path Dependence* a partir da ideia de *increasing returns* (retornos crescentes) ou processos de auto reforço. Sob essa lógica, a probabilidade de um mesmo padrão comportamental ou institucional continuar no futuro aumenta a cada passo dado ao longo do caminho já iniciado. Isso ocorre porque os custos relativos de migração para um arranjo alternativo crescem de maneira exponencial à medida que os atores adaptam suas rotinas, investimentos e expectativas às regras estabelecidas.

O processo se desdobra tipicamente em fases distintas: um momento inicial de fluidez no qual decisões contingentes são tomadas; a consolidação de mecanismos de reprodução; e, por fim, o estado de *lock-in* (trancamento), no qual o caminho se torna autossustentável e imune a pequenas pressões conjunturais por mudança.

Complementando essa arquitetura teórica na sociologia histórica, James Mahoney (2000) aprofundou a investigação sobre os mecanismos analíticos que garantem a reprodução das sequências temporais dependentes de trajetória. Mahoney argumenta que a mera constatação da inércia é insuficiente, sendo indispensável identificar o tipo específico de mecanismo que sustenta a continuidade da instituição. Ele categorizou esses mecanismos em quatro matrizes principais: utilitário (baseado no cálculo de custos e benefícios dos atores), funcional (quando a instituição atende a necessidades do sistema maior), elitista (sustentado pela assimetria de poder de elites dominantes) e legatário ou normativo, no qual a

reprodução apoia-se no valor moral e na legitimidade concedida pelos sujeitos ao arranjo herdado:

Uma sequência dependente de trajetória é caracterizada por momentos de conjuntura crítica nos quais escolhas contingentes determinam qual entre várias alternativas será selecionada. Uma vez feita a escolha, o mecanismo de reprodução entra em ação, ativando processos de auto reforço que tornam extremamente improvável o retorno ao ponto de partida. A instituição resultante adquire uma inércia própria que não pode ser explicada apenas pelas condições que originaram sua criação. (MAHONEY, 2000).

A análise histórica ganha relevância decisiva, pois a causa que deu origem a um determinado arranjo institucional na origem frequentemente difere das razões que garantem a sua reprodução contínua no presente.

Um dos conceitos operacionais indispensáveis dessa abordagem é o de *critical juncture* (conjuntura crítica). Definida por Acemoglu e Robinson (2012) bem como por Capoccia e Ziblatt (2007) como um período de crise ou choque exógeno que afrouxa as amarras estruturais ordinárias, a conjuntura crítica representa a janela temporal em que a agência dos sujeitos e as escolhas contingentes adquirem peso desproporcional.

Durante esses breves episódios de incerteza, o leque de opções institucionais reabre-se, permitindo que pequenas variações nas estratégias das elites ou nas coalizões sociais redirecionem a trajetória do país por décadas ou séculos. Todavia, uma vez

encerrada a conjuntura crítica, a janela de oportunidade fecha-se e o novo arranjo entra em fase de trancamento.

O modelo clássico de dependência de trajetória baseado na metáfora do "equilíbrio interrompido" (no qual longos períodos de inércia absoluta são rompidos apenas por grandes conjunturas críticas) passou a ser alvo de severas revisões teóricas a partir da década de 2010. Críticos apontavam que esse enquadramento tornava a teoria incapaz de conceber a mudança endógena, transformando as instituições em estruturas excessivamente rígidas e determinísticas. Respondendo a esse impasse, Kathleen Thelen e James Mahoney (2010) reformularam o debate ao propor o conceito de *incremental institutional change* (mudança institucional gradual), demonstrando que a transformação de um caminho não exige necessariamente o colapso do sistema ou um choque exógeno devastador.

De acordo com essa perspectiva renovada, as instituições não são blocos monolíticos perfeitamente executados pelos agentes, mas arenas marcadas por ambiguidades normativas e lacunas de interpretação. Os atores políticos, atuando como empreendedores institucionais estratégicos, exploram essas brechas cotidianas para promover alterações graduais que, acumuladas no tempo, redirecionam a trajetória original. Mahoney e Thelen (2010) identificaram quatro modalidades primordiais de mudança gradual: a “sobreposição” (*layering*), que consiste na introdução de novas regras ao lado das antigas; a “conversão” (*conversion*), onde as regras existentes são redefinidas para servir a novos propósitos; o “deslocamento” (*displacement*), caracterizado pela substituição progressiva de normas vigentes por alternativas latentes; e a

“negligência” (*drift*), quando as regras perdem eficácia devido à omissão deliberada diante de transformações do ambiente.

Essa virada analítica permitiu reinserir a agência humana e a disputa política no centro da teoria neoinstitucionalista histórica. Longe de serem meros executores passivos das regras herdadas, os sujeitos sociais reinterpretam continuamente o sentido das restrições institucionais a partir de suas próprias lentes cognitivas e normativas. A reinterpretação das normas no plano do cotidiano evidencia que a rigidez de uma trajetória não depende apenas de seus custos formais de transação, mas do modo como os indivíduos compreendem e legitimam essas regras em sua vivência social:

As instituições dependem da conformidade contínua dos atores sociais para sua reprodução ao longo do tempo. Como essa conformidade é um processo ativo e renegociado, e como as regras formais contêm inevitavelmente ambiguidades, a aplicação prática das instituições abre espaço constante para a contestação, o ajuste estratégico e a reinterpretação criativa por parte dos agentes envolvidos. (MAHONEY; THELEN, 2010).

Essa constatação aproxima decididamente o neoinstitucionalismo histórico do campo da Cultura Política, revelando que a sobrevivência ou a transformação de uma regra formal depende dos esquemas mentais e dos valores morais dos sujeitos que a operam.

A evolução do conceito de *Path Dependence* demonstra que a rigidez temporal das estruturas sociais não deve ser confundida com imobilismo absoluto. As trajetórias históricas fornecem os trilhos

pelos quais a política caminha, definindo os custos e os incentivos para a ação coletiva.

Contudo, são os arranjos de poder, as estratégias dos atores e as matrizes interpretativas da sociedade que determinam se esses trilhos serão mantidos intactos, suavemente ajustados ou gradualmente redirecionados.

A análise da dimensão temporal das instituições revela que o *lock-in* estrutural não é um fenômeno puramente mecânico ou econômico, mas um processo socializado e politicamente construído.

Para compreender de forma integral por que determinados caminhos institucionais se mostram tão resistentes à mudança, torna-se indispensável examinar a interface entre a inércia das regras e a inércia das crenças, tema que constitui o núcleo da discussão a ser desenvolvida na seção seguinte.

4. PONTOS DE CONVERGÊNCIA, AFASTAMENTO E SÍNTESE ANALÍTICA

Colocar em perspectiva a teoria da Cultura Política e o modelo do *Path Dependence* revela um campo de reflexão teórica extremamente fértil para a compreensão das dinâmicas de estabilidade e mudança social. Embora tenham emergido de matrizes epistemológicas distintas (a primeira enraizada na psicologia social e na tradição comportamentalista, e a segunda vinculada à economia institucional e à sociologia histórica), ambas as perspectivas partilham uma inquietação analítica fundamental: a explicação dos motivos pelos quais sociedades expostas a pressões e estímulos semelhantes mantêm trajetórias históricas profundamente divergentes ao longo do tempo. Todavia, ao invés de

representarem modelos explicativos concorrentes ou mutuamente excludentes, a investigação pormenorizada de suas premissas indica que a dimensão subjetiva das crenças e a dimensão estrutural das regras formais operam como duas faces complementares da mesma realidade institucional.

O ponto de convergência mais expressivo entre os dois paradigmas reside na tentativa de decifrar os mecanismos que garantem a reprodução do *status quo* e a resistência das coletividades a transformações radicais. O conceito de *increasing returns* (retornos crescentes), que fundamenta a literatura da dependência de trajetória, encontra perfeita correspondência no processo de socialização política teorizado por Almond e Verba (1989).

À medida que determinado arranjo institucional se consolida, ele não apenas eleva os custos materiais para eventuais dissidentes, mas também molda os esquemas mentais, as expectativas e os hábitos da população. Quanto mais tempo uma comunidade vivencia certa regra do jogo, mais profundamente essas práticas são interiorizadas como naturais e legítimas, elevando os custos de oportunidade cognitivos e afetivos necessários para conceber e implementar uma rota alternativa no ambiente social.

A Cultura Política pode ser teorizada como o próprio mecanismo normativo e sociopsicológico de sustentação do *lock-in* (trancamento institucional). Conforme sustenta a literatura recente sobre economia comportamental e persistência histórica (NUNN, 2012; ALESINA; GIULIANO, 2015), as instituições formais são incapazes de gerar auto reforço automático sem o suporte de heurísticas culturais compartilhadas que reduzam a complexidade da tomada de decisão cotidiana. Douglas North (1990) já havia antecipado essa

interdependência ao enfatizar que as regras do jogo escritas em constituições ou códigos legais permanecem como letra morta se não encontrarem ressonância nos modelos mentais e nos códigos de conduta não escritos que balizam a interação humana:

A cultura fornece o arcabouço conceitual através do qual as pessoas processam informações e constroem seus modelos mentais do mundo. As restrições informais provenientes da herança cultural não mudam no mesmo ritmo das regras formais; pelo contrário, elas evoluem gradualmente e fornecem a ponte crucial entre o passado e o futuro. São essas matrizes culturais interiorizadas que explicam por que a transferência de regras formais eficientes para sociedades com trajetórias históricas distintas frequentemente resulta em retumbantes fracassos institucionais. (NORTH, 1990).

Essa constatação evidencia que a inércia estrutural observada pela análise do *Path Dependence* é, na sua essência, uma inércia fortemente mediada e alimentada pela dimensão simbólica.

Outra convergência analítica decisiva reside no papel desempenhado pelas *critical junctures* (conjunturas críticas) e seu impacto sobre a reconfiguração das matrizes culturais. Em momentos de profunda crise sistêmica (tais como colapsos econômicos, guerras ou transições de regime), a rigidez das trajetórias institucionais afrouxa-se provisoriamente, abrindo espaço para a agência dos sujeitos políticos. Nesses episódios de incerteza, como observam Capoccia e Ziblatt (2007), a Cultura Política atua como um "repertório de ação" (SWIDLER, 1986), delimitando o leque

de alternativas que as elites e as massas consideram concebíveis ou desejáveis. A cultura não determina o resultado de forma mecânica, mas fornece os símbolos e os recursos discursivos utilizados pelos atores para legitimar os novos caminhos institucionais que emergirão da crise.

O exame rigoroso dos dois modelos expõe pontos de afastamento e tensões epistemológicas que não podem ser negligenciados pelo pesquisador. O primeiro atrito diz respeito à ontologia da ação humana e ao motor primário da continuidade social. Enquanto a versão clássica do *Path Dependence* (PIERSON, 2000) baseia-se predominantemente em uma lógica de incentivos materiais, assimetrias de poder e custos de transação (pressupondo um agente racional que adapta seu cálculo utilitário ao ambiente de regras), a teoria da Cultura Política (INGLEHART; WELZEL, 2005) atribui primazia aos afetos, às identidades, aos valores morais e aos processos inconscientes de socialização que transcendem a mera relação de custo e benefício imediato.

Se observa também uma divergência marcante quanto às escalas temporais de mudança e às possibilidades de transformação gradual. Para os teóricos da dependência de trajetória, as instituições tendem a permanecer em estados de equilíbrio estático até que um choque exógeno desestabilize o sistema. Em contrapartida, os estudos contemporâneos sobre cultura política demonstram que as prioridades de valor das populações sofrem alterações contínuas e silenciosas no nível intergeracional, impulsionadas por transformações na segurança socioeconômica e na escolarização. Essa dinâmica de mudança cultural lenta, mas constante, altera a base de legitimidade dos regimes sem a

necessidade imperativa de uma conjuntura crítica catastrófica ou de um colapso institucional evidente.

A terceira tensão analítica manifesta-se nos riscos metodológicos inerentes a cada uma das abordagens quando aplicadas de forma isolada na pesquisa empírica. A análise de *Path Dependence*, ao concentrar-se excessivamente nas sequências temporais de causa e efeito, corre o risco de incorrer em um determinismo histórico estruturalista, no qual a capacidade de agência dos sujeitos é completamente anulada pela força dos eventos passados. Por sua vez, a vertente da Cultura Política enfrenta frequentemente a ameaça da tautologia explicativa, na qual certo fenômeno institucional é justificado pela existência de uma norma cultural, cuja própria comprovação empírica deriva do comportamento que se pretendia explicar na origem da investigação.

Superar esses atritos exige a construção de uma síntese analítica capaz de articular as duas perspectivas a partir de seus ganhos conceituais acumulados. Propõe-se aqui que a Cultura Política seja concebida como o mecanismo sociopsicológico endógeno de reprodução e reinterpretação de *Path Dependence*. As estruturas formais e os retornos crescentes estabelecem as balizas materiais da ação política, definindo quem detém os recursos e o poder de coerção. Contudo, a adesão a essas regras, a percepção de sua justiça e a disposição para cumpri-las ou contestá-las no cotidiano dependem visceralmente das orientações culturais interiorizadas pelos atores sociais envolvidos no processo.

Essa integração conceitual encontra sustentação teórica e empírica nos trabalhos recentes de Nathan Nunn (2012), que têm investigado os canais através dos quais choques históricos do passado remoto

mantêm sua influência sobre o desenvolvimento econômico e político contemporâneo. Ao examinar como instituições extrativas do período colonial moldaram a confiança interpessoal e a cooperação social no presente, Nunn (2012) demonstra que a cultura é o próprio veículo biológico e social de transmissão da dependência de trajetória ao longo das gerações:

A persistência histórica não deve ser entendida apenas como a manutenção física de regras formais antiquadas, mas sim como a transmissão intergeracional de traços culturais específicos. Quando as instituições do passado criam ambientes nos quais a desconfiança ou a não cooperação são estratégias de sobrevivência bem-sucedidas, esses comportamentos transformam-se em normas culturais profundamente enraizadas. Mesmo após o desaparecimento das instituições originais, a cultura herdada continua a guiar a ação dos indivíduos e a moldar o funcionamento dos novos arranjos institucionais. (NUNN, 2012).

Assim, a herança cultural atua como o fio condutor que garante a longevidade das trajetórias históricas através do tempo, que se plasmam por sua vez na construção e reconstrução de arquiteturas sociais renovadas mas ainda ancoradas em práticas e costumes arraigados.

A síntese analítica aqui defendida também se beneficia da incorporação da literatura sobre mudança institucional gradual formulada por Mahoney e Thelen (2010). Ao demonstrar que as instituições sofrem modificações contínuas por meio da “conversão”

e da “sobreposição” de regras, os autores abrem espaço para que a Cultura Política seja vista não como uma força exclusivamente inercial, mas como um terreno de disputa interpretativa. A mudança na matriz de valores da população — como o avanço dos valores de autoexpressão mapeados por Inglehart e Welzel (2005) — altera o sentido que os cidadãos e as burocracias atribuem às regras vigentes, permitindo que arranjos institucionais antigos sejam reapropriados para servir a novos propósitos sociais.

Essa dinâmica de reinterpretação contínua pode ser visualizada na forma como democracias consolidadas e emergentes lidam com seus legados autoritários. A existência de regras formais democráticas não garante por si só a consolidação do regime se a cultura política subjacente permanecer impregnada por valores personalistas, patrimonialistas ou de submissão passiva à autoridade. Nesses cenários, a trajetória histórica dependente de caminhos autocráticos tende a reproduzir-se informalmente através das práticas cotidianas dos agentes públicos, demonstrando que a transformação legal da estrutura é insuficiente sem uma correspondente reconversão das crenças e das atitudes que sustentam o convívio político.

A articulação entre as duas matrizes teóricas permite superlotar a clássica dicotomia entre estrutura e agência nas ciências sociais. A *Path Dependence* fornece a moldura estrutural e temporal que delimita o campo do possível, identificando os custos de transação e os incentivos do ambiente. A Cultura Política, por sua vez, provê a substância humana e cognitiva que habita essa estrutura, conferindo-lhe legitimidade, significado e dinamismo prático. É na zona de contato entre a rigidez dos caminhos institucionais e a vivacidade das orientações subjetivas que se decide a longevidade

de um sistema político ou a emergência de rupturas transformadoras.

Para sintetizar as principais distinções e a complementaridade proposta entre os dois modelos analíticos, apresenta-se a tabela a seguir:

Dimensão de Análise	Abordagem da Cultura Política	Abordagem do Path Dependence	Proposta de Síntese Analítica
Objeto central	Atitudes, normas, valores e cognições	Regras formais, sequências e retornos	A cultura como suporte cognitivo da regra
Mecanismo de inércia	Socialização e internalização moral	Custos de mudança, <i>lock-in</i> e poder	<i>Lock-in</i> estrutural mantido por norma subjetiva
Motor da mudança	Mudança intergeracional de valores	Conjunturas críticas e choques exógenos	Reinterpretação gradual e redefinição de valor

A utilidade analítica dessa matriz integrada manifesta-se com clareza ao examinar os desafios contemporâneos enfrentados pelas democracias liberais diante do ressurgimento de movimentos populistas e iliberais (Mudde; Kaltwasser, 2017; Levitsky; Ziblatt, 2018). A erosão das normas de convivência democrática e o aumento da polarização afetiva (Iyengar et al., 2019; McCoy; Rahman, 2022) não podem ser explicados unicamente pelo desenho das regras eleitorais ou pelos incentivos das carreiras políticas. Trata-se de um processo no qual transformações na cultura política reativam ressentimentos e predisposições autoritárias latentes (Norris; Inglehart, 2019), alterando a forma como os atores interagem com as

instituições formais e redirecionando a própria trajetória do regime democrático (Helmke; Levitsky, 2006; Mahoney; Thelen, 2010).

Nesse contexto conturbado do século XXI, a ciência política ganha em poder explicativo ao abandonar as posturas metodológicas exclusivistas (Laitin, 2002; Lichbach, 2003). O estudo das trajetórias políticas exige uma lente binocular capaz de focar simultaneamente a evolução de longo prazo dos indicadores macroestruturais e as microestruturas atitudinais que moldam a conduta dos cidadãos e das elites (Almond; Verba, 1963; Putnam, 1993; Pierson, 2004). A complementaridade entre os legados formais e as heranças subjetivas constitui, assim, o caminho mais promissor para desvendar as razões pelas quais certos regimes prosperam e se democratizam enquanto outros permanecem aprisionados a círculos viciosos de instabilidade e autoritarismo (Acemoglu; Robinson, 2012). Em suma, a síntese entre Cultura Política e *Path Dependence* oferece um arcabouço conceitual robusto para a pesquisa empírica e teórica sobre a permanência e a mutação das instituições humanas. Ao reconhecer que a história importa tanto pela via do acúmulo de regras e recursos quanto pela via da transmissão intergeracional de esquemas mentais, a ciência política reafirma sua capacidade de apreender a complexidade da vida pública.

Em última análise, a fusão dessas perspectivas teóricas demonstra que os arranjos institucionais não são entidades abstratas imunes à vontade e à imaginação das coletividades. As trajetórias do passado exercem um peso inegável sobre o presente, condicionando as escolhas e impondo custos elevados para a transformação da ordem social.

Como a própria cultura é uma construção humana sujeita à reinterpretação e ao aprendizado coletivo, o destino das nações permanece em aberto, dependente da capacidade dos agentes de mobilizar novos repertórios simbólicos para abrir fendas nas estruturas herdadas da história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste artigo buscou demonstrar que a tentativa de explicar a persistência de desempenhos institucionais díspares sem considerar simultaneamente a estrutura temporal de *Path Dependence* e a dimensão subjetiva da Cultura Política resulta em interpretações incompletas. A investigação sobre como legados históricos se perpetuam no tempo revelou que os incentivos materiais e os custos formais de transação dependem visceralmente do suporte fornecido pelas crenças, valores e esquemas cognitivos compartilhados pelos atores sociais. Ao resgatar a trajetória do pensamento institucionalista e da ciência política atitudinal, o texto evidenciou que a estabilidade de um sistema político não é um fenômeno meramente mecânico, mas um processo socializado no qual a subjetividade atua como a infraestrutura psicológica das regras formais.

Ao aproximar dois referenciais teóricos que frequentemente caminharam em paralelo, a síntese analítica aqui proposta demonstrou que a Cultura Política e a Dependência de Trajetória funcionam como dimensões profundamente complementares da continuidade social. A literatura de *Path Dependence* (PIERSON, 2000; MAHONEY, 2000) provê a moldura temporal rigorosa, identificando os momentos de conjuntura crítica, os retornos

crescentes e os mecanismos de trancamento que balizam as opções viáveis no presente. Por sua vez, a evolução do paradigma da Cultura Política (ALMOND; VERBA, 1989; INGLEHART; WELZEL, 2005) fornece o conteúdo normativo e simbólico sem o qual o conceito de *lock-in* torna-se uma abstração estéril. A cultura opera, portanto, como o mecanismo endógeno e sociopsicológico de reprodução das trajetórias históricas, conferindo legitimidade às regras do jogo e definindo o horizonte interpretativo dos sujeitos.

Além de esclarecer as dinâmicas de reprodução do *status quo*, a articulação proposta contribui para superar as leituras estáticas e determinísticas que historicamente rondaram ambos os modelos. A incorporação dos debates contemporâneos sobre mudança institucional gradual (MAHONEY; THELEN, 2010) e transformação atitudinal intergeracional permitiu reintroduzir a agência humana e a disputa política no centro da reflexão. A mudança em uma trajetória dependente não depende exclusivamente de choques exógenos avassaladores; ela desdobra-se também por meio da reinterpretação diária das normas formais por atores portadores de novas prioridades de valor. A cultura, compreendida não como um fetiche imutável, mas como um repertório dinâmico de ação (SWIDLER, 1986), converte-se em arena de contestação e repositório de recursos simbólicos capazes de abrir fissuras em arranjos institucionais herdados do passado.

Não obstante os ganhos teóricos da articulação conceitual desenvolvida neste ensaio, é preciso reconhecer abertamente as limitações inerentes à sua própria natureza analítica e bibliográfica. Por tratar-se de uma revisão estritamente conceitual e qualitativa, o presente trabalho ateve-se ao cotejamento das premissas e dos modelos explicativos dos autores canônicos e da literatura recente,

prescindindo de um teste empírico direto ou de uma aplicação pautada em dados primários. Essa opção metodológica, embora indispensável para a clarificação das fronteiras teóricas, deixa em aberto a verificação de como os mecanismos de síntese aqui propostos operam em contextos históricos específicos, tais como em processos de transição de regime ou em reformas administrativas concretas em países em desenvolvimento.

Essas lacunas indicam caminhos promissores para uma agenda futura de investigação teórica e empírica. Se recomenda que pesquisas posteriores submetam a síntese entre Cultura Política e *Path Dependence* a testes empíricos rigorosos, utilizando desenhos de métodos mistos que combinem a análise histórico-comparativa de sequências temporais com estudos survey quantitativos de painel. Seria interessante, por exemplo, examinar em que medida episódios de erosão democrática recente em diferentes continentes decorrem do descasamento entre a inércia de regras formais e a rápida polarização dos valores culturais da população.

Por fim, cabe às investigações vindouras incorporar com maior densidade as dinâmicas das mídias digitais e das novas formas de comunicação em rede, analisando como a circulação acelerada de informação afeta tanto a estabilidade das matrizes atitudinais tradicionais quanto o ritmo de reprodução dos legados institucionais no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty.** New York: Crown Currency, 2012.

ALESINA, Alberto; GIULIANO, Paola. **Culture and Institutions.** Journal of Economic Literature, v. 53, n. 4, p. 898-944, 2015.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations.** Newbury Park: Sage Publications, 1989.

ARTHUR, W. Brian. **Competing Technologies, Increasing Returns, and Lock-In by Historical Events.** The Economic Journal, v. 99, n. 394, p. 116-131, 1989.

CAPOCCIA, Giovanni; ZIBLATT, Daniel. **The Study of Critical Junctures: Theory, Narrative, and Counterfactuals in Historical Institutionalism.** World Politics, v. 59, n. 2, p. 241-269, 2007.

DAVID, Paul A. **Clio and the Economics of QWERTY.** The American Economic Review, v. 75, n. 2, p. 332-337, 1985.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven (Ed.). **Informal Institutions and Democracy: Lessons from Latin America.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, Ronald. **Culture Shift in Advanced Industrial Society.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies.** Princeton: Princeton University Press, 1997.

IYENGAR, Shanto et al. **The Origins and Consequences of Affective Polarization in the United States.** Annual Review of Political Science, v. 22, p. 129-146, 2019.

LAITIN, David D. **Comparative Politics: The State of the Subdiscipline.** In: Katznelson, Ira; Milner, Helen V. (Ed.). Political Science: The State of the Discipline. New York: W. W. Norton & Company, 2002. p. 630-659.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die.** New York: Crown, 2018.

LICHBACH, Mark Irving. **Is Rational Choice Theory All of Social Science? Ann Arbor:** University of Michigan Press, 2003.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Ed.). **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MAHONEY, James. **Path Dependence in Historical Sociology.** Theory and Society, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. **Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics.** New York: Free Press, 1989.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. **The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life.** The American Political Science Review, v. 78, n. 3, p. 734-749, 1984.

McCOY, Jennifer; RAHMAN, Somer. **Severe Polarization is Increasing Around the World: How Does It End?** Carnegie Endowment for International Peace, 2022.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A Very Short Introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2017.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNN, Nathan. **Culture and the Historical Process.** Economic History of Developing Regions, v. 27, n. sup1, p. S108-S126, 2012.

PARSONS, Talcott. **The Social System.** Glencoe: Free Press, 1951.

PIERSON, Paul. **Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics.** American Political Science Review, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000.

PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy.** Princeton: Princeton University Press, 1993.

RIKER, William H. **Implications from the Science of Non-Rational Choice.** Journal of Theoretical Politics, v. 2, n. 2, p. 163-189, 1980.

SWIDLER, Ann. **Culture in Action: Symbols and Strategies.** American Sociological Review, v. 51, n. 2, p. 273-286, 1986.

TILLY, Charles. **Why? What Happens When People Give Reasons... and Why.** Princeton: Princeton University Press, 2006.

¹ Uma alusão paródica a máxima institucionalista de que ‘as instituições importam’